

DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO NO CONJUNTO PALMEIRAS: RELAÇÕES COM MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS.

Francisca Analice Araújo Barbosa¹

RESUMO

A presente pesquisa bibliográfica tem como objetivo analisar os desafios históricos enfrentados pelo Conjunto Palmeiras no contexto da política pública de habitação, com foco nas relações entre os movimentos sociais, os sujeitos envolvidos e os processos educativos. O Conjunto Palmeiras, localizado na cidade de Fortaleza/Ceará, destaca-se como um dos maiores bairros populares da região, enfrentando desafios históricos em relação à precariedade habitacional e à carência de serviços públicos de qualidade. Nesse cenário, os movimentos sociais emergem como atores fundamentais, congregando e articulando os sujeitos afetados por essas adversidades. Através de mobilizações, protestos e reivindicações, tais movimentos buscam promover transformações estruturais e melhorias nas políticas públicas voltadas à habitação. Os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais do Conjunto Palmeiras são diversos e representam a pluralidade socioeconômica e cultural da região. Compreendem-se moradores, líderes comunitários, estudantes e professores engajados na busca por soluções aos desafios habitacionais. Nesse sentido, os processos educativos desempenham um papel crucial, ao proporcionar conscientização, organização e capacitação a esses sujeitos, fortalecendo sua capacidade de mobilização e influência sobre as políticas públicas. Destaca-se a abordagem da Educação Popular como uma importante estratégia nesse contexto, valorizando os conhecimentos e experiências dos sujeitos envolvidos. Por meio de práticas educativas inovadoras e dialógicas, busca-se construir um processo de aprendizagem que ultrapasse os limites das instituições de ensino, envolvendo a comunidade em discussões e reflexões sobre as questões habitacionais e suas implicações políticas. Nesse contexto, a presente pesquisa bibliográfica visa fornecer uma compreensão aprofundada dos desafios históricos enfrentados pelo Conjunto Palmeiras no âmbito da política pública de habitação aliada às discussões de Sassen (1998) e Rolnik (2015), ambas as autoras destacam a importância dos movimentos sociais como chave fundamental na promoção de transformações estruturais e melhorias nas políticas públicas voltadas à habitação, ressaltando a relevância dos processos educativos, como estratégias cruciais para a mobilização.

Palavras-chave: Conjunto Palmeiras. Política Pública de Habitação. Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

O Conjunto Palmeiras, localizado na cidade de Fortaleza, Ceará, é um dos maiores e bairros populares da região. Sua história remonta ao final da década de 1970. O bairro foi formado a partir da iniciativa governamental de promover a inclusão social e o acesso à moradia adequada para a população de baixa renda. Por meio do Programa de Habitação Popular, foram

¹Mestranda do Curso de Políticas Públicas da Universidade Federal - CE, analice.araujo@live.com.

construídas moradias subsidiadas para abrigar as famílias que foram removidas de áreas de risco e de ocupações informais (CRUZ *et al.*, 2023).

Ao longo dos anos, o bairro experimentou um rápido crescimento populacional. Esse crescimento desordenado e a falta de planejamento urbano adequado contribuíram para a ocorrência de problemas sociais e infraestruturais. A precariedade habitacional, a falta de serviços públicos eficientes e a ausência de equipamentos sociais foram alguns dos desafios enfrentados pela comunidade do Conjunto Palmeiras (CRUZ *et al.*, 2023).

Diante desse cenário, os movimentos sociais surgem como protagonistas na busca por melhorias na política pública de habitação. Moradores, líderes comunitários, estudantes e professores unem-se em mobilizações, protestos e reivindicações para enfrentar os desafios habitacionais e buscar soluções que promovam a qualidade de vida no bairro (LIMA *et al.*, 2016).

Os processos educativos, especialmente a Educação Popular, desempenham um papel de extrema relevância na capacitação e conscientização dos envolvidos nos movimentos sociais. Essa abordagem valoriza os conhecimentos e experiências dos sujeitos envolvidos, promovendo um processo de aprendizagem participativo e engajado, que ultrapassa os limites das instituições de ensino tradicionais (LIMA *et al.*, 2016).

O objetivo desta pesquisa bibliográfica é analisar de forma mais aprofundada os desafios históricos enfrentados pelo Conjunto Palmeiras no âmbito da política pública de habitação, destacando a importância dos movimentos sociais e dos processos educativos na busca por soluções e promoção de transformações sociais significativas. Para alcançar esse objetivo, esta pesquisa se embasa nas perspectivas teóricas de Saskia Sassen (1998) e Raquel Rolnik (2015), ambas renomadas por ressaltarem a relevância dos movimentos sociais como elementos fundamentais na promoção de transformações estruturais e melhorias nas políticas públicas de habitação.

Deste modo, ao adentrar na história e nas complexidades do Conjunto Palmeiras, este trabalho busca fornecer uma visão mais completa e detalhada dos desafios enfrentados pela comunidade em relação à política pública de habitação. Ademais, ao analisar a atuação dos movimentos sociais em conjunto com os processos educativos, visa-se identificar como esses elementos podem influenciar positivamente na busca por soluções e na promoção de transformações sociais significativas.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa seguiu um processo detalhado de busca e análise bibliográfica (LAKATOS, MARCONI, 2010), cujo objetivo foi examinar os desafios da política pública de habitação no Conjunto Palmeiras, bem como sua relação com os movimentos sociais e processos educativos. O passo a passo dessa abordagem metodológica é apresentado a seguir.

Inicialmente, foram definidos os termos de busca e as palavras-chave para a pesquisa bibliográfica. Utilizou-se um conjunto de termos relacionados à política pública de habitação, movimentos sociais, processos educativos e Conjunto Palmeiras, para garantir uma abrangência adequada e identificar trabalhos relevantes sobre o tema.

Em seguida, foram acessadas bases de dados acadêmicos, bibliotecas digitais e periódicos científicos relevantes. A seleção dos materiais foi realizada por meio da leitura dos resumos e títulos, buscando identificar trabalhos que abordassem diretamente os aspectos da política pública de habitação no Conjunto Palmeiras, sua relação com movimentos sociais e o papel dos processos educativos nesse contexto.

Após a seleção dos estudos pertinentes, realizou-se uma leitura minuciosa dos artigos, livros e relatórios selecionados. Foram feitas anotações e registros das informações relevantes, incluindo dados sobre as políticas habitacionais implementadas, a atuação dos movimentos sociais no Conjunto Palmeiras e os impactos dos processos educativos na mobilização e conscientização da comunidade.

O processo de análise foi orientado por uma abordagem crítica, buscando identificar contradições e lacunas nas políticas públicas de habitação e nas ações dos movimentos sociais. Além disso, foram levados em consideração os avanços e desafios enfrentados pelos processos educativos no contexto estudado.

É importante destacar que a pesquisa bibliográfica foi complementada com informações de fontes secundárias, como relatórios governamentais e documentos de organizações não governamentais que abordassem diretamente o tema da política habitacional no Conjunto Palmeiras.

Ao final, as informações obtidas foram sintetizadas e analisadas para compor a discussão deste estudo, permitindo uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pela política pública de habitação na região estudada, as contribuições dos movimentos sociais e o papel dos processos educativos na mobilização e conscientização da comunidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Conjunto Palmeiras, situado na periferia de Fortaleza, Ceará, emergiu como um bairro popular de grande relevância histórica e enfrentou desafios significativos relacionados à habitação e à precariedade dos serviços públicos. Seu nome, "Conjunto Palmeiras", remete às palmeiras de carnaúba que existiam na região quando os primeiros moradores foram assentados na década de 1970. O projeto habitacional foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, durante o período do autoritarismo desenvolvimentista, que visava oferecer moradias dignas para famílias de baixa renda que viviam em condições precárias na área central da cidade (PAULINO, 2020).

A chegada dos primeiros moradores teve início em 1973, quando cerca de 1,5 mil famílias foram removidas para o loteamento, provenientes de áreas como favela do Lagamar, Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil e favela Verdes Mares. Essa remoção ocorreu por diferentes motivos, incluindo desabrigados devido a enchentes e desapropriações em áreas de crescente especulação imobiliária. O Conjunto Palmeiras, ao longo dos anos, experimentou um crescimento populacional rápido, chegando a abrigar uma população estimada de 36.599 moradores, tornando-o um dos bairros mais densamente povoados de Fortaleza (PAULINO, 2020).

Em seus primeiros anos, o Conjunto Palmeiras enfrentou a falta de infraestrutura urbana básica, como energia elétrica, abastecimento de água, drenagem, pavimentação de ruas e escolas. Contudo, a comunidade organizada uniu forças e empreendeu lutas que levaram à conquista dessas melhorias, bem como a construção de equipamentos e serviços, como praças, transporte público e postos de saúde. Além disso, o bairro desenvolveu um mercado local diversificado, com diversos estabelecimentos comerciais e de serviços que atendem às necessidades da comunidade (PAULINO, 2020).

A história do Conjunto Palmeiras se insere em um contexto de intensa migração interna no Ceará, com o crescimento demográfico intenso em Fortaleza. Esse processo resultou na ocupação desordenada do solo e na formação de comunidades desprovidas de condições habitacionais adequadas. A desigualdade na apropriação dos espaços de moradia também foi um aspecto marcante, com um alto índice de população concentrada em favelas na cidade (PAULINO, 2020).

Os movimentos sociais de bairro ganharam força nos anos 1970 e 1980, constituindo-se como uma força política que ia além da busca individual por condições mínimas de habitabilidade. Esses movimentos buscavam a construção de uma identidade política coletiva, fortalecendo a cidadania e o sentimento de pertencimento ao local. A experiência da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) foi marcante, aglutinando diversas

forças sociais e consolidando aprendizados que resultaram em diferentes tempos políticos (PAULINO, 2020).

As lutas e mobilizações dos moradores do Conjunto Palmeiras foram fundamentais para a conquista de melhorias e serviços essenciais para a comunidade. Esse protagonismo autônomo e participativo foi evidenciado pelas ações empreendidas pelas associações de moradores, que demonstraram a força da organização coletiva e a importância da pressão direta e radical na busca por soluções. Nesse contexto, a esquerda política desempenhou um papel significativo, apoiando os movimentos sociais e contribuindo para a construção de uma consciência política voltada à transformação social (PAULINO, 2020).

O Conjunto Palmeiras se tornou um referencial importante no cenário dos movimentos sociais de bairros em Fortaleza, representando um espaço público que transcende a busca individual por melhorias e alcança a esfera da política, identificando o poder como força densa e difusa presente nas relações sociais. As ações e lutas da comunidade do Conjunto Palmeiras ao longo de sua história constituem um capital simbólico que reflete a consciência política e o empenho pela conquista de direitos e justiça social, desafiando o poder estatal e se tornando um ponto de interlocução e influência (PAULINO, 2020).

Após essa imersão histórica sobre o bairro, faz-se necessário entender alguns conceitos, tais como:

Os movimentos sociais são a expressão coletiva de demandas e interesses de grupos ou comunidades que buscam promover mudanças sociais, políticas ou culturais. Esses movimentos surgem em resposta a questões e injustiças que afetam determinados setores da sociedade e podem lutar por direitos civis, igualdade de gênero, justiça ambiental, acesso à moradia digna, entre outros. Os movimentos sociais são formas de participação cidadã que visam a mobilização e a pressão sobre o poder público e a sociedade em geral para alcançar seus objetivos (LIMA *et al.*, 2016).

Já as políticas públicas são ações governamentais implementadas para enfrentar problemas sociais, econômicos e políticos e para promover o bem-estar da população. Elas podem ser voltadas para diversos setores, como saúde, educação, moradia, meio ambiente, segurança, entre outros. As políticas públicas buscam criar condições para que todos tenham acesso a direitos básicos e possam usufruir de uma qualidade de vida adequada. É fundamental que essas políticas sejam planejadas, implementadas e avaliadas de forma participativa, envolvendo os diversos atores sociais, incluindo os movimentos sociais (LIMA *et al.*, 2016).

Vale ressaltar que a política de habitação é uma área específica das políticas públicas que trata da questão da moradia e do acesso a habitação adequada para a população. A política

de habitação deve garantir o direito à moradia digna, promovendo o acesso a moradias seguras, saudáveis e acessíveis para todas as pessoas. Isso inclui a implementação de programas de habitação popular, a regularização fundiária de áreas ocupadas, a prevenção de despejos e a promoção de infraestrutura básica nos territórios habitacionais (LIMA *et al.*, 2016).

Sendo assim, os processos educativos são ações e práticas que têm como objetivo o aprendizado e o desenvolvimento das pessoas, promovendo a formação de conhecimento, habilidades e valores. Os processos educativos ocorrem em diversos contextos, como na escola, na família, no trabalho, na comunidade e nos movimentos sociais. Nos movimentos sociais, os processos educativos são fundamentais para a conscientização e a mobilização dos participantes, proporcionando o debate sobre as questões sociais, a reflexão crítica sobre a realidade (LIMA *et al.*, 2016).

Logo, as discussões de Saskia Sassen (1998) e Raquel Rolnik (2015) trazem reflexões fundamentais sobre a relevância dos movimentos sociais e dos processos educativos como elementos-chave na promoção de transformações estruturais e na melhoria das políticas públicas de habitação.

Sassen (1998) aborda a importância dos movimentos sociais como agentes de mudança diante das questões de habitação e urbanização. Ela destaca que, muitas vezes, esses movimentos atuam como defensores dos direitos dos cidadãos à cidade, tornando-se uma voz ativa contra a marginalização urbana e a exclusão social. No caso específico do Conjunto Palmeiras, um bairro vulnerável, os movimentos sociais podem desempenhar um papel crucial na luta por melhorias na infraestrutura e no acesso a serviços básicos, como água, saneamento e transporte público.

Paralelamente, os processos educativos emergem como estratégias cruciais para a mobilização dos moradores do Conjunto Palmeiras. A partir da conscientização sobre seus direitos e da compreensão do funcionamento das políticas públicas de habitação, os residentes se organizam e reivindicam soluções adequadas às suas necessidades.

Raquel Rolnik (2015) acrescenta à discussão o conceito de "direito à cidade", enfatizando que a habitação é uma dimensão essencial desse direito. No entanto, muitas políticas públicas acabam priorizando interesses econômicos em detrimento das necessidades da população de baixa renda, levando a processos de gentrificação e remoção forçada de comunidades. Nesse contexto, os movimentos sociais tornam-se fundamentais para resistir às pressões do mercado imobiliário e garantir que as políticas de habitação sejam efetivamente inclusivas e justas.

É necessário compreender as dinâmicas de poder e as estruturas que perpetuam a precariedade habitacional na região. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais devem buscar a construção de coalizões e alianças com outros atores sociais, como organizações da sociedade civil, pesquisadores e gestores públicos, para pressionar por mudanças efetivas e enfrentar a resistência à implementação de políticas inclusivas (LIMA *et al.*, 2016).

Portanto, a atuação conjunta dos movimentos sociais ser vista como uma estratégia poderosa para pressionar o aparato público. A conscientização e a mobilização da comunidade podem levar a uma maior participação cidadã no planejamento urbano e na formulação de políticas que considerem as necessidades e aspirações dos moradores. Ademais, a troca de conhecimentos e experiências entre diferentes movimentos sociais pode fortalecer a capacidade de resistência e articulação para reivindicar a efetivação do direito à cidade, garantindo que a habitação seja tratada como um direito fundamental para todos os cidadãos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Conjunto Palmeiras é um bairro cuja trajetória é marcada por lutas sociais em busca de igualdade de direitos e justiça social. Essa caracterização vai além do oportunismo eleitoral e mostra a parceria contínua com partidos considerados de esquerda ao longo das primeiras décadas do século XXI. Essa relação se fortaleceu em 1985, quando uma esquerda emergente, aliada aos movimentos sociais locais, conquistou um marco importante para o Partido dos Trabalhadores (PT): a eleição de Maria Luiza Fontenele, com apoio de lideranças no Conjunto Palmeiras. Essa vitória abriu espaços para o fortalecimento dos movimentos populares em toda a cidade (PAULINO, 2020).

No entanto, a história política do bairro sofreu uma reviravolta nas eleições municipais de 1988. O fim da gestão de Maria Luiza e a ação do governador Tasso Jereissati, eleito na legenda do PMDB, em conjunto com lideranças comunitárias, resultaram no enfraquecimento dos partidos de esquerda. Os movimentos sociais de bairro ficaram vulneráveis à barganha eleitoral com associações de moradores, que buscavam demandas imediatistas em detrimento de causas políticas mais amplas. Essa dinâmica levou a um malogro para os partidos de esquerda (PAULINO, 2020).

É fundamental considerar uma retrospectiva do cenário político desde os anos 1990 até os dias atuais para compreender a complexidade das alianças políticas e não reduzi-las a uma visão maniqueísta. O PT alcançou o executivo federal em 2003, ocupando também cargos executivos em outros estados e municípios, inaugurando uma escalada lenta de conquistas de

prefeituras desde a década de 1980. No entanto, essa ascendência política se estendeu até 2016, quando ocorreu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em um golpe parlamentar, midiático e jurídico que impactou direitos trabalhistas e políticas sociais de assistência e inclusão (PAULINO, 2020).

É relevante notar que parte das forças políticas envolvidas no golpe estava na base de apoio do próprio governo, o que indica uma formação política de centro, fruto de alianças que abrangeram partidos com histórico na esquerda, mas que se consolidaram como centro-direita. Essa coalizão se reproduziu em vários estados e municípios, mesmo durante o cenário do golpe (PAULINO, 2020).

A busca pela governabilidade e a preocupação com a reeleição levaram os partidos de esquerda a investir na institucionalização dos movimentos sociais, através de conselhos de participação, fóruns, conferências, Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Essa estratégia, por um lado, trouxe avanços, mas também desembocou no esvaziamento das manifestações reivindicatórias e no distanciamento das bases, o que permitiu o crescimento de forças conservadoras dentro da coalizão, restringindo pautas progressistas em favor de alinhamentos com o neoliberalismo e demandas do mercado e do sistema financeiro (PAULINO, 2020).

A situação não é exclusiva do Brasil, pois as forças progressistas na América Latina enfrentam desafios similares com o avanço do neoliberalismo. O modelo busca governabilidade, mas pode resultar em alianças contraditórias e pressões para se adequar ao mercado, em detrimento de demandas de direitos humanos, igualdade de gênero e políticas sociais inclusivas e reparatórias (PAULINO, 2020).

O cenário político brasileiro também é marcado por uma divisão clara entre esquerda e direita, que pode não ser mais tão significativa como antes. A recente história política revela uma formação política de centro-direita, fruto de alianças entre partidos com histórico na esquerda, mas que agora se posicionam de forma mais conservadora.

A conjuntura política no Brasil também tem motivado o surgimento de novos coletivos e organizações de esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Essas novas forças políticas buscam se posicionar de forma mais autônoma e radical, enfrentando os desafios impostos pelo neoliberalismo e reconfigurando a esquerda brasileira (PAULINO, 2020).

O contexto político do Conjunto Palmeiras também reflete essa complexidade. A relação entre a política partidária e as lideranças comunitárias é pautada por disputas internas e embates,

mas também por articulações necessárias para buscar melhorias no bairro. Nesse contexto, o Banco Palmas, que surgiu em 1998, desempenhou um papel relevante ao promover a economia solidária no bairro, incentivando a criação de empreendimentos e projetos comunitários que visavam ao desenvolvimento local e à inclusão econômica dos moradores (PAULINO, 2020).

No entanto, o caminho percorrido pelo Banco Palmas também apresentou desafios. Conflitos internos, principalmente com a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), trouxeram reflexões sobre os rumos da economia solidária e da própria participação política da comunidade. A busca por soluções conjuntas e a superação desses desafios são fundamentais para que o Banco Palmas mantenha sua relevância e continue contribuindo para a inclusão econômica e social no bairro (PAULINO, 2020).

A flexibilidade no diálogo político é considerada necessária, mas a comunidade não abre mão de seu poder de decisão organizado e mobilizado em nível local. A ideia de pertencimento é forte, e os moradores do Conjunto Palmeiras se veem como construtores ativos do bairro, buscando projetos sociais que contrariem o estigma de pobreza e violência imposto pela mídia (PAULINO, 2020).

O Banco Palmas, com sua experiência pioneira na utilização de uma moeda local, tornou-se um eixo importante de projeção de uma imagem positiva do bairro. Além disso, o Instituto Palmas trabalha para abrir agências em territórios sem serviços bancários, visando assegurar acesso a crédito e serviços financeiros a pequenos empreendedores e cidadãos comuns (PAULINO, 2020).

Embora o movimento local busque parcerias com o poder público, não hesita em convocar a desobediência civil quando necessário para pressionar por suas demandas. A organização dos Conselhos de Quarteirão e outras ações demonstram a busca por uma democracia participativa, onde os processos organizativos não esperam passivamente que os políticos se encarreguem do bem comum (PAULINO, 2020).

Essa luta pela soberania popular, no contexto de desigualdades profundas, desafia a democracia representativa e exige um diálogo constante entre a comunidade e os representantes políticos. Os Conselhos de Quarteirão, ações de resistência e diálogo são algumas das estratégias utilizadas pelo movimento social do Conjunto Palmeiras para alcançar seus objetivos (PAULINO, 2020).

Peço desculpas pela insatisfação. Vou reformular os parágrafos, tornando-os mais elaborados e conectados:

A concretização de políticas habitacionais efetivas no Conjunto Palmeiras se depara com uma série de desafios que dificultam seu sucesso. A carência de recursos financeiros adequados

é um dos principais entraves, uma vez que a falta de investimentos suficientes limita a capacidade de construção de novas moradias e a melhoria das já existentes. Além disso, a burocracia e a morosidade dos processos de licenciamento e aprovação de projetos habitacionais atrasam a implementação das políticas. A falta de integração entre as esferas governamentais também é um ponto crítico, pois a atuação isolada de diferentes órgãos pode resultar em ações desarticuladas e pouco efetivas. Adicionalmente, é essencial a participação ativa da comunidade no processo decisório, uma vez que os moradores têm um conhecimento profundo das suas necessidades e anseios. Superar esses desafios requer uma abordagem sistêmica e abrangente, envolvendo diversos atores e setores em um trabalho conjunto e coordenado (LIMA *et al.*, 2016).

As famílias que vivem em condições precárias de moradia enfrentam inúmeras dificuldades no seu dia a dia, afetando a qualidade de vida e a saúde dos moradores, especialmente crianças e idosos. Além disso, a falta de acesso a uma habitação digna perpetua o ciclo de pobreza e exclusão social, restringindo as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. No âmbito econômico, a precariedade habitacional pode resultar em perda de produtividade, visto que moradores insatisfeitos e desassistidos têm maior dificuldade para se concentrar em suas atividades laborais. Já no aspecto ambiental, a ausência de planejamento urbano adequado pode acarretar em ocupações irregulares em áreas de risco, gerando problemas de segurança e aumentando a vulnerabilidade a desastres naturais. Nesse sentido, a implementação de políticas públicas de habitação eficazes é essencial para promover uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, proporcionando condições adequadas de moradia para todos os cidadãos do Conjunto Palmeiras (LIMA *et al.*, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, foi possível identificar uma série de obstáculos que afetam a efetividade das políticas habitacionais na região. Dentre eles, destaca-se a falta de articulação entre os órgãos governamentais responsáveis, o que acaba gerando lacunas e sobreposições de ações, resultando em um uso ineficiente dos recursos disponíveis. Além disso, a ausência de participação efetiva da comunidade no processo decisório também se mostrou um fator limitante para o alcance de soluções sustentáveis e adaptadas às necessidades locais.

Outro aspecto relevante revelado pela pesquisa é a importância dos movimentos sociais como agentes fundamentais na promoção de transformações estruturais e no fortalecimento das demandas por políticas públicas de habitação mais efetivas. A atuação desses movimentos tem

sido essencial para sensibilizar as autoridades e a sociedade em geral sobre a urgência de abordar as questões habitacionais de forma mais inclusiva e justa.

Paralelamente, os processos educativos se mostraram como estratégias cruciais para mobilizar a comunidade e promover maior conscientização sobre seus direitos e deveres no que tange à habitação. A capacitação das pessoas para participarem ativamente do debate público e para se engajarem nas discussões acerca das políticas habitacionais é um elemento fundamental para ampliar o diálogo e para garantir que as decisões tomadas estejam mais alinhadas às necessidades reais da população.

No Conjunto Palmeiras, especificamente, a pesquisa revelou a existência de um cenário complexo, com desafios estruturais que vão além do acesso à moradia, envolvendo questões sociais, econômicas e ambientais. Portanto, a política pública de habitação deve ser concebida de forma integrada, considerando a interdependência entre esses diversos aspectos e envolvendo os atores locais de maneira participativa e colaborativa.

Com base nos resultados obtidos, torna-se evidente que é fundamental aprimorar as políticas públicas de habitação por meio de uma abordagem mais inclusiva e participativa, que valorize a atuação dos movimentos sociais e promova processos educativos eficazes. Somente dessa forma será possível avançar na superação dos desafios enfrentados no Conjunto Palmeiras e em outras regiões semelhantes, garantindo o direito à moradia digna e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, o presente estudo busca contribuir para a reflexão e a busca de soluções mais sustentáveis e efetivas na área de políticas públicas de habitação.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Douglas Aleixo Santos; OLIVEIRA, Raimundo Corrêa; FREITAS, Silvia Regina Sampaio. Bancos Comunitários e Moedas Sociais Digitais como Mecanismos de Inclusão Financeira e Economia Solidária: uma revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Prospecção**, v. 16, n. 3, p. 590-605, 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Bruno Chaves; RIGO, Ariadne Scalfoni; SANTOS, Maria Elisabete Pereira. Memória organizacional e construção de identidade local: uma análise da mobilização e organização social no Conjunto Palmeira. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 4, p. 235-246, 2016.



PAULINO, Antonio George Lopes. ENTRE O DIÁLOGO E A RESISTÊNCIA: o movimento social de bairro no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE). **Caderno CRH**, v. 32, p. 659-677, 2020.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SASSEN, Saskia. Ciudades en la economía global: enfoques teóricos y metodológicos. *Eure* (santiago), [s.l.], v. 24, n. 71, p.5-25, mar. 1998. **SciELO Comision Nacional de Investigacion Científica Y Tecnológica (CONICYT)**. <http://dx.doi.org/10.4067/s0250-71611998007100001>.